

SEXUALIDADE NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹

MARIA NÚBIA DE ARAÚJO

Curso de Pedagogia do Centro de Educação/ CED – Universidade Estadual do Ceará – UECE.

E-mail: nubiabruxa@gmail.com

Introdução

O artigo elege como objeto de pesquisa a reflexão sobre os desafios e possibilidades de professores (as) desenvolverem práticas educativas baseadas no reconhecimento e no respeito à sexualidade e aos direitos sexuais durante o magistério.

Tomamos como ponto de partida a questão da sexualidade e dos direitos sexuais como um aspecto relevante para afirmação dos direitos humanos, problematizando o desenvolvimento, no campo educacional, e o papel da docência na efetivação desse debate, com as seguintes inquietações: Como promover a discussão de sexualidade nas escolas a partir da iniciativa de gestores e da formação de professores (as)? Como discutir a sexualidade na infância e na adolescência, haja vista, que a complexidade e a polêmica no campo educacional são recorrentes?

Ressalto como estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE vários questionamentos quanto ao despreparo ocorrido durante a graduação, pois, dispomos somente de duas disciplinas na matriz curricular que tratam da sexualidade: Educação inclusiva e Diversidade cultural; e Psicologia do Desenvolvimento II, mas ambas abordam a questão de uma maneira bastante superficial, portanto não proporcionam aprofundamento necessário para atuação em sala de aula.

Quanto à dimensão de relevância política, social e acadêmica partimos da necessidade de fundamentar cientificamente os con-

¹ Artigo produzido na Disciplina de História e Geografia II, sob orientação da Professora Lia Fialho como pré-requisito de aprovação no semestre 2013.1.

ceitos de sexualidade tal como ressalta a Organização Mundial de Saúde, desde 2002, “processo de construção das relações sociais, experimentado por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, condutas e práticas” (FERREIRA, 2008, p. 2).

Salienta-se que é importante perceber aspectos concernentes à construção histórico-social da sexualidade, suas complexidades entre os gêneros, sobretudo, o feminino, sobre o qual sempre houve muitos estudos e controle político ideológico referente à ciência e a indústria.

A produção de insumos, remédios e cosméticos são formas de incentivar o consumo e não a liberdade sexual. Dessa maneira as mulheres, ao longo dos séculos, tiveram seu corpo, seus desejos e sua sexualidade limitada à perspectiva biologizante sem o entendimento desta última como afirma Ferreira (2008),

A sexualidade é uma dimensão inerente à pessoa humana e está presente em toda a sua vida, do nascimento até a sua morte, e ao contrário da conceituação vulgar, tem na gentildade apenas um de seus aspectos. Ela inclui na sua integridade corpo, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, desejo e prazer sexual (p. 2).

A partir dessa compreensão de sexualidade analisamos o papel da escola na sociedade capitalista, sob seus impedimentos e contradições por se estruturar em categorias de classe, raça/etnia e gênero se constituindo de forma desigual e injusta com as subjetividades de mulheres e homens não proporcionando a sua emancipação humana. A escola “tem demonstrado bastante fragilidade na condução de processo educativo de desconstrução de preconceitos e discriminações socialmente adquiridos” (JOCA, 2012, p. 209) sobre sexualidade, diversidade sexual e relações desiguais de gênero.

Propomos um trabalho de educação e orientação sexual nas escolas para abranger os desafios perante as manifestações da sexualidade de crianças e jovens, debatendo acerca da postura dos professores (as) a partir de uma perspectiva de reconhecimento

positivo da sexualidade respeitando estes como sujeitos de direitos. Para tanto é necessário uma preparação junto aos professores, pais e alunos com orientações didáticas apropriadas a cada fase do desenvolvimento, bem como a formação continuada destes profissionais na perspectiva de atualização e debates sobre tais conceitos.

A pesquisa possui natureza bibliográfica e apoia-se em publicações prévias sobre o objeto de pesquisa que fundamentaram o estudo, dentre as fontes destacamos: Araújo e Martins (2012); Brasil (1997); Buarque (2006); Ferreira (2007); Gorender (1999); Joca (2012); Libâneo (2002); Louro (1997); Loyola (2001 e 2009) e Sayão (2004). Ademais, analisa a sexualidade humana e sua interface com os conceitos de classe social e relações desiguais de gênero na defesa de uma educação na perspectiva da emancipação humana, como fundamento histórico-crítico, a qual discute a problemática em foco a partir da análise da realidade e a prática social visando instrumentalizar e transformar a sociedade.

Conceituando a Sexualidade e os Direitos Sexuais

A cultura ocidental se estrutura sob o modo de produção capitalista, tal sociedade se constitui em uma base patriarcal, dividida em classes sociais, raça/etnia e gênero ou sexo. Esta por sua vez influencia instituições sociais a partir de seus pilares, o patriarcado e a cultura machista se consolidam como características dessa sociedade desigual, com relações sociais de sexo e gênero baseadas na exploração, submissão e opressão das mulheres. “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim, tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos.” (LOURO, 1997, p. 25). Seu apelo a comportamentos moralistas e puritanos ao longo dos tempos e sobre a definição de patriarcado (BUARQUE, 2006, p. 8) sustenta que,

O patriarcado é um sistema de dominação em que o homem é centro da sociedade e as relações sociais são determina-

das pela opressão e subordinação da mulher, através do controle de sua capacidade reprodutiva, da sua sexualidade, da sua capacidade de trabalho e da interdição de seu acesso ao poder.

É sob esse contexto de desigualdade e hipocrisia que surge à problemática em torno da sexualidade a partir de uma doença que abalou o mundo: a “Síndrome da Imunodeficiência Adquirida” (HIV/AIDS). A discussão originada a partir dos casos de HIV/AIDS na década de 1980 acarretou um debate sobre o uso de preservativos, saúde pública, assistência médica às pessoas vivendo com HIV e, finalmente, foi obrigada a falar sobre sexo e sexualidade. Estes temas levantados como bandeiras de luta do movimento feminista e de revolução sexual no século XX são retomados em pautas.

O debate referente à sexualidade deve ser de forma transparente e sem preconceitos, tornando-se uma estratégia fundamental para o enfrentamento não somente de doenças como a epidemia do HIV/AIDS, mas também para adentrar as questões bem antigas como consequência de uma cultura patriarcal e machista, entre elas a violência sexual – o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes envolvendo a problematização das relações de poder e de desigualdade, desvelando o significado de violência simbólica e psicológica.

Estas expressões históricas de dominação masculina precisam ser debatidas e combatidas a partir do diálogo e da denúncia dos casos de violência sofrida pelas meninas e mulheres, a interferência em sua individualidade e sexualidade.

No tocante a promoção do debate sobre gravidez na adolescência, DST's, HIV/AIDS, vulnerabilidade social e fatores de risco e proteção, é importante discutir também sobre paqueras, namoros, corpo, masturbação, sensualidade e sexo, valoriza-se temáticas que constituem o campo da sexualidade de maneira a apreender a sua complexidade.

Por sua vez a sexualidade deve ser compreendida na sua totalidade como uma construção historicamente situada e desenvolvida a partir da cultura de uma sociedade, pois questiona as características e as contradições, tanto em relação ao silêncio sobre os casos de violência contra meninas e mulheres, como a negação dos direitos sexuais de crianças, adolescentes e jovens, o apelo sexual dado no mercado fonográfico, na publicidade e na mídia em geral. Defende-se, então, uma ruptura com a concepção dos direitos sexuais e reprodutivos limitados somente aos aspectos biologizantes e passa-se a concebê-los como uma forma de expressão dos nossos desejos e necessidades. Como assevera Ferreira,

O direito sexual é o direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações, imposição e com respeito pleno pelo corpo do (a) parceiro (a). Essa concepção pressupõe uma perspectiva de igualdade e equidade nas relações de gênero (2008, p. 5).

Para tanto, defende-se uma perspectiva libertária sobre a vivência da sexualidade para nos conduzir ao caminho da emancipação humana, apesar de se tratar de um desafio para a escola, a família e a sociedade em geral por ser um assunto bastante polêmico e de difícil condução, exige sensibilidade e clareza sobre a temática.

Porém, é importante ressaltar a escola como um lugar privilegiado para desenvolver orientações diversas acerca da vida, seja com as crianças, seja com adolescentes e jovens. Existem diversos discursos sobre a sexualidade e desconhecimento dos direitos sexuais são fatores impostos que contribuem para uma visão reprodutivista de sexualidade.

A Docência e a Sexualidade na Escola: Desafios e Possibilidades

A escola na concepção de Althusser é um Aparelho Ideológico do Estado e, desde a Educação infantil a escola inculca, nas

crianças de todas as classes sociais, valores acerca da moral, dos costumes, da ética sob a ideologia dominante.

Nesse sentido analisamos brevemente esta instituição como reprodutora de valores conservadores, a exemplo da família, citamos ainda a igreja e a mídia. Tais instituições contribuem para socialização de crianças, adolescentes e jovens, porém quando o assunto é sexualidade e direitos sexuais geralmente se ausentam do papel de informar e dialogar. Acabam por reproduzir discriminações, realizando orientações imbuídas de preconceitos e estereótipos. Em meio a tudo isso uma ideologia se faz presente,

A burguesia apresenta a escola, através do seu discurso, como um meio neutro, desprovido de ideologia, em que seus professores, aparentando respeitar a consciência e liberdade das crianças, as fazem conformarem-se à liberdade, à moralidade e à responsabilidade dos adultos. Isso de através do exemplo, dos conhecimentos veiculados, da literatura e das suas virtudes libertadoras. (ARRAIS, 2010, p. 4).

O despreparo é grande, desde a família até os meios de comunicação que, inclusive, reproduzem ideologias em relação à sexualidade, ao corpo, a vivência e as necessidades das mulheres limitando-as ao campo da reprodução. A escola também contribui na perpetuação de ideologias, quando se omite ou reproduz o discurso vigente sem a devida criticidade.

A visão de sexualidade como direitos humanos ainda é pouco desenvolvida e debatida seja por que os professores não se sentem preparados para tal abordagem com receio de sofrerem preconceitos por parte dos pais e de outros professores, seja pela sua própria formação como docente não apropriada para mediação de um debate aprofundado e fundamentado sobre as relações sociais no que concernem as questões de gênero e, sobretudo, a respeito da sexualidade humana. Nesse sentido, há necessidade de promover o debate a partir da iniciativa da escola,

Não é possível chamar uma pessoa de fora, que não têm vínculos estreitos com esses alunos, para falar com eles de um tema que exige tanta proximidade. Além disso, como muitos pais passaram também a pedir ajuda para orientar os filhos sobre temas da sexualidade, decidi que queria mesmo era falar com os educadores. São eles que constroem esse vínculo com seus filhos e alunos. Esse espaço de interação que você diz ser tão potente – e de fato é –, são eles que praticam no processo educativo. Portanto são eles que precisam e devem falar com criançada a respeito de tudo, inclusive da sexualidade. (SAYÃO, 2004, p. 36).

Nesse cenário, é preciso desmistificar por intermédio de debate o conceito de sexo ligado diretamente à reprodução na cultura ocidental e a heterossexualidade como norma, bem como a maternidade como uma obrigação para as mulheres. Portanto,

[...] a orientação e expressão do desejo afetivo e sexual e pode se manifestar no sentido heterossexual, bissexual, e homossexual. A invenção da heterossexualidade, como norma, foi resultado da idéia de associação de sexo somente com fins de reprodução. Ao determinar a heterossexualidade como único modelo aceitável, colocou-se as outras possibilidades de orientação e expressão sexual como comportamentos anormais e desviantes da norma. (FERREIRA, 2008, p. 3).

A escola possui um papel fundamental no debate de conceitos a partir de informações científicas sobre as desigualdades de gênero, a sexualidade humana e os direitos sexuais a fim de orientar sobre a sexualidade infanto-juvenil e a resignificação das relações de gênero. No que tange a função social da escola na perspectiva da Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos,

A difusão de conteúdos é tarefa primordial. Não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que

se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social e torná-la democrática. Se a escola é parte integrante do todo social, agir dentro dela é também agir no rumo da transformação da sociedade. (LIBÂNEO, 2002, p. 38, 39).

E ainda na sua abrangência apresentar conteúdos de ensino – culturais e universais para que o aluno (a) ligue a sua realidade humana e social, portanto, numa sistemática que deve proporcionar diálogo sobre afetividade, uso de preservativos e demais métodos contraceptivos, orientação sexual, respeito, autoestima e autocuidado.

Tal contexto favorece o desenvolvimento da relação professor (a) aluno (a) em direção a não só superar o papel tradicionalista escolar, como também valorizar o papel da mediação do adulto no processo educativo. Esta por sua vez, não deve abrir mão jamais de introduzir as crianças e jovens nos conteúdos científicos produzidos pela humanidade sem reprodução de preconceitos e discriminações. Propõe-se a realização de um diálogo leve com a garotada sobre a vida, o cotidiano, os afetos e desafetos,

Nossa vida não é resultado daquilo que planejamos, mas do que acontece todo dia, bem diante de nossos olhos. Por exemplo, tudo aquilo que os educadores tomam como erro, como desvio ou malogro da rota escolar. Penso que se trata da expressão genuína e legítima da vida nas escolas. E quando digo legítima, não estou afirmando que seja bom ou ruim. O que acontece no cotidiano escolar tem de ser tomado como objeto de instigação do pensamento. E de trabalho, pesquisa e estudo. (SAYÃO, 2004, p. 93).

Essa reflexão chega ao encontro de uma sexualidade que deve ser vivida sem controle dos professores, da família, da igreja que contribua para o autoconhecimento e a autonomia dos jovens assumirem para si a responsabilidade de prevenção das DST'S e HIV/AIDS, da gravidez, dentre outros aspectos da afetividade e da

saúde sexual e reprodutiva a partir de suas escolhas. E, independente da família e da escola, a negação de direitos não se tornará obstáculo para emancipá-los, mas torná-los indivíduos responsáveis na defesa do reconhecimento dos adolescentes como sujeitos de direitos e desejos.

A medicina e a indústria farmacêutica produzem inúmeros produtos e medicamentos para controlar e obter lucros com a saúde e com o corpo das mulheres, independente da faixa etária. Outro fator imperativo no debate é sobre a mídia e a publicidade se utilizarem de forma exagerada da imagem e do corpo da mulher, tomando como um objeto de consumo e estabelecendo um padrão de beleza ideal de mulher, transformando tudo em mercadorias,

O Estado tem como princípio norteador de suas ações o capital, fundado no consumo para a obtenção do lucro, banaliza a essência humana, concomitantemente, a sexualidade de homens, mulheres, jovens e crianças também é banalizada. Ocorrendo uma verdadeira confusão em torno do moral e do imoral. Pois, de um lado se castram as possibilidades do prazer em nome do moral, e do outro o corpo humano é exposto encenando *scrips* eróticos para a venda das mercadorias na obtenção do lucro, surgindo sobremaneira, a coisificação humana: nos tornamos coisas, objetos mercadorias; consumimos compulsivamente, mesmo que não tenhamos consciência disto, para realizarmos os ideias do Estado capitalista, por que somos potenciais na multiplicação do lucro. (LOYOLA, 2009 p. 46, 47).

A aparência impera sobre a nossa essência e subjetividade, imprimindo uma sensualidade com apelo desmedido. Conforme defende Gorender (1999),

A sociedade capitalista se apresenta como sociedade do espetáculo, tal qual definiu Debord. Importa mais do tudo a imagem, a aparência, a exibição. A ostentação do consumo vale mais do que o próprio consumo. O reino do capital fictício atinge o máximo de amplitude ao exigir que a vida

se torne ficção de vida. A aparência se impõe por cima da existência. Parecer é mais importante do que ser (p. 125).

Nesse sentido, os meios de comunicação estão a serviço do capital, da reprodução de valores e crenças baseadas no desconhecimento das questões de gênero, centrados no consumo com a mercantilização do corpo das mulheres em anúncios de produtos consumidos em sua maioria por homens. As mulheres devem ter sua sexualidade reconhecida como sujeitos de desejo e não como objetos sexuais.

A sexualidade precisa ser desvelada na perspectiva da emancipação humana contemplando sua dimensão material e simbólica a partir também do conhecimento e debate de temas relacionados ao fetiche, mercado, consumo e suas influências na individualidade. O reconhecimento das diversas maneiras de expressões sexuais no campo da fantasia e da subjetividade a partir da garantia dos direitos sexuais.

Esta cultura permeada de desafios se desencadeou ao longo de milênios, com as mulheres responsabilizadas por atribuições desiguais na esfera privada e na esfera pública. Dentre elas destacamos o cuidado com a casa e com a família, cozinhar, lavar roupas, enfim, todo o trabalho doméstico e de cuidados, o qual se mantém, até hoje menos visível socialmente. Cabem as mulheres também a responsabilidade da educação dos filhos (as), o cuidado com os doentes: crianças, homens e idosos, além disso, no campo sexual-reprodutivo respondem pela anticoncepção e prevenção de gravidez indesejada.

Para superar tais desafios busca-se na concepção de gênero e feminismo legitimada a partir da análise do materialismo histórico e dialético com a abordagem crítica e radical acerca do conceito de patriarcado, das opressões, discriminações e explorações decorrentes dele para com as mulheres. Analisa ainda,

[...] as questões agregando a sexualidade feminina como construção histórica e social, portanto desigual. Busca pela

emancipação, pela liberdade de escolhas e de expressão das mulheres para dar visibilidade aos direitos sexuais amplos sem se restringir aos aspectos biológicos e reprodutivos ligados somente aos corpos das mulheres, com a discussão sobre a representação simbólica e política do acesso a esses direitos. Defende a maternidade como um direito e não como obrigação, tem na discussão sobre a legalização do aborto uma forma de conquistar a autonomia das mulheres. Discute a mercantilização dos corpos femininos com a reprodução sexista da mídia acerca das imagens de mulheres vendidas junto aos diversos produtos, como uma espécie um fetiche nas propagandas. E, por fim no enfrentamento de diversas formas de opressão e violências vivenciadas pelas mulheres. (ARAÚJO, MARTINS, 2012, p. 11,12).

As implicações políticas pedagógicas incluem a tomada de decisão para promover um debate fundamental para a aproximação da escola e a família na intenção de estabelecer um diálogo sobre os desafios de educar com seriedade e dividir a responsabilidade sobre a sexualidade de crianças, adolescentes e jovens.

Para isso é fundamental desenvolver uma sistemática de reuniões com pais e responsáveis e atividades com o objetivo de iniciar um diálogo aberto com crianças e jovens. Nessa metodologia de trabalho valorizar o papel do professor (a) e da escola para contribuir na análise da realidade, através de vídeos, filmes, artigos e textos.

Ressalta-se a necessidade de se aprofundar e discutir educação sexual nas escolas a partir da visão dos direitos sexuais como direitos humanos, num trabalho expressando confiança, respeito, diálogo, ética e, principalmente sensibilidade. Para também conversar sobre dúvidas, medos, traumas, violência, *bullying* e homofobia.

Pois predomina ainda a concepção hegemônica do conceito de sexo a referência campo biológico e a sexualidade ao campo cultural, tomando tais definições realizamos uma discussão para esclarecer e argumentar acerca das características da homossexu-

alidade, da bissexualidade e da transexualidade, e ainda fortalecer o diálogo e empoderamento junto a este público para desabafar e denunciar as práticas de homofobia,

A homofobia assume uma dinâmica social multifacetada: as expressões manifestadas verbalmente, tidas como brincadeiras; os insultos e/ou xingamentos; a não aceitação no grupo de pertença; a violência física e assassinatos, constituem um arsenal de como os 'homens' têm conduzido os saberes sobre a homossexualidade em nossa história (LOYOLA, 2001, p. 38).

Nesse sentido a homofobia se apresenta como uma aversão às homossexualidades. Em forma de preconceito e discriminação se manifestando em todos os espaços sociais, portanto a escola cumpre um papel excepcional no debate sobre brincadeiras e demais comportamentos de crianças e jovens revelando preconceito, homofobia e exclusão,

É a negação da possibilidade da convivência desses jovens com a diversidade sexual e, por conseguinte, a negação aos/ às homossexuais, do direito à educação escolarizada, pois “a sala de aula acaba por confiná-los a “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam só possa se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” LOURO, 1997, p.68 in JOCA 2012.

Em relação à iniciativa das escolas destacamos documentos importantes nesse debate os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) abordam a questão com uma matriz de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula pelos professores. A orientação sexual é defendida com uma abordagem transversal e o documento apresenta blocos de conteúdos baseados em três eixos temáticos: 1) corpo: matriz da sexualidade, 2) relações de gênero e 3) prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.

O documento justifica a inclusão do ensino da sexualidade na escola em virtude da emergência de ações preventiva das DST e Aids e da gravidez indesejada na adolescência. Esta justificativa tem reforçado o entendimento da sexualidade como uma questão restrita ao campo biológico, pois não é difícil encontrarmos a discussão sobre sexualidade na escola abordada a partir de estratégias exclusivamente expositivas das DST's, dos modos de contração e ou infecção e das formas de prevenção, ou seja, ressaltando apenas aspectos negativos ao exercício das práticas sexuais e vivência da sexualidade. (JOCA, 2009, p. 104).

No entanto, esse debate no espaço escolar terá maior impacto junto aos jovens se o ponto de partida da abordagem em sexualidade e direitos sexuais, como objetivos e metodologias adotarem uma perspectiva de afirmação positiva da sexualidade humana para a superação de conflitos como a culpa e o medo, os preconceitos e a prática desse trabalho seja alicerçado no respeito aos indivíduos, para isso é necessário,

[...] a práxis educativa, esclarecer questões do ponto de vista teórico-prático constituintes do imaginário social sobre a realidade das relações sociais de poder, da alienação e divisão sexual do trabalho, da história da atuação do movimento feminista e de mulheres. Ademais, desenvolver atividades com cuidado e atenção na faixa etária dos alunos que ali se encontram, **é o papel da educação escolar**, apesar de suas determinações do conflito de interesses na sociedade, a escola não pode deixar o aluno da forma como chegou, ou seja, carregado de preconceitos e com uma visão dualista dos papéis sociais de meninos e meninas. (ARAÚJO; MARTINS; SOARES, 2012, p. 6).

Para tanto propomos uma educação capaz de questionar tais identidades sociais, preconceitos e estereótipos a fim de transformar nossa realidade. O papel dos professores (as) é fundamental nesse contexto, no qual ele assume seu compromisso a partir de

programa de ações envolvendo atividades variadas, dialogando com os alunos para ressignificar tais padrões de sexo, sexualidade e gênero.

Considerações Finais

A educação escolar desenvolve suas atividades com vistas à formação dos indivíduos e a coletividade ao tomar como ponto de partida os princípios de diálogo, de respeito às histórias de vida de crianças, adolescentes e jovens contextualizando-os sobre as desigualdades políticas, econômicas e sociais influenciadoras do consumo, do preconceito, da violência e da exclusão.

A discussão sobre a sexualidade, no espaço escolar deve envolver todos (as) da comunidade escolar – alunos, pais, comunidade, professores e gestores – a partir de um planejamento de atividades visando à instrumentalização e o desvelamento das desigualdades de classe social, de sexo/gênero buscando uma educação na perspectiva da emancipação humana.

Uma prática educativa que discuta problemas sociais em geral se trava na percepção de potências e de projetos de vida dos alunos. E isso não pode ser feito de maneira, burocrática assinando contratos, mas com sensibilidade e ética, por isso é necessário defender uma educação não sexista, não lesbofóbica/homofóbica e não racista.

Nesse sentido sugerimos algumas estratégias a serem adotadas no trabalho escolar sobre sexualidade: trabalhar conceitos específicos da temática – sexualidade, direitos e relações de gênero, diversidade sexual e prevenção; combater a todas as formas de violência contra crianças, adolescentes e mulheres; conscientizar homens e mulheres em prol da responsabilidade dividida acerca da anticoncepção; promover mais informações sobre o índice de contaminação nas mulheres jovens por HIV; estimular a prevenção da gravidez indesejada na adolescência; respeitar a livre orientação

sexual; e discutir a prevenção de morte materna nos casos de mulheres que praticam o aborto.

A ideologia subjacente na sociedade sobre a sexualidade humana se dá historicamente por meio das crenças e valores machistas e patriarcais reprimindo e impossibilitando a liberdade de escolha das mulheres e homens na sua realização profissional e pessoal. Portanto, se constituem como um dos desafios da educação fundamentada na prática social para transformar a sociedade a partir da problematização da realidade, pois mudar as percepções dos professores e contar com a sensibilidade destes, e dos alunos é atuar numa mudança de comportamento envolvendo valores e crenças.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Núbia de; MARTINS, Iara Saraiva; SOARES, José Rômulo. *Relações desiguais de gênero: implicações para as mulheres no trabalho e na educação*. In: ANAIS DA V SEMANA DE PEDAGOGIA DA UFC. Educação e Megaeventos: Alterações curriculares, programa e Políticas Educacionais, Remoções e Impactos Sociais. Fortaleza, 2012. p. 280-290. Disponível em http://vsemanadepedagogiaufc.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html. Acessado em 01 de julho de 2013.

ARRAIS, Gardner. *Estudo sobre "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado" de Louis Althusser*. Fortaleza, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural orientação sexual* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

BUARQUE, Cristina. *Introdução ao Feminismo* in: Caderno de textos Gênero e trabalho. Iole Macedo Vandin e Terezinha Gonçalves. (Organizadoras.) Salvador: REDOR, 2006.

FERREIRA, Rosário *Direitos humanos e sexualidade* in. Cartilha da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude – ASBRAD: Brasília, 2008.

- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopias*. São Paulo: Ática, 1999.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola. A pedagogia crítico social dos conteúdos*. São Paulo. 18ª ed. Edições Loyola, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- JOCA, Alexandre Martins. in. MAIA, Lucíola Andrade, SOARES José Rômulo e FRAGA, Regina Coele Queiroz (Orgs.) [et al]. *Práxis e Formação Humana*. Fortaleza. Ed. UECE, 2012.
- LOYOLA, Luís Palhano. *Coisas difíceis de dizer: as manifestações homofóbicas do cotidiano dos jovens*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação – FACED/UFC- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.
- LOYOLA, Luís Palhano, COSTA Adriano Henrique Caetano e JOCA, Alexandre Martins (org.) [et al] – *Desatando Nós: Fundamentos para a Práxis Educativa sobre Gênero e Diversidade Sexual*. Fortaleza, 2009.
- SAYÃO, Rosely Aquino Julio Groppa. *Em defesa da escola*. SP: Editora Papuris: 2004. (Papyrus Debate).

Vídeos

- ERA UMA VEZ OUTRA MARIA, O vídeo é uma parceria da ECOS – Comunicação em Sexualidade, Instituto Promundo, Instituto PAPAI, Salud Gênero, Worl Education. (20 min). Saúde sexual reprodutiva, violência, gravidez maternidade e trabalho. Brasil, 2005.
- MEDO DE QUÊ? O vídeo é uma parceria da ECOS – Comunicação em Sexualidade, Instituto Promundo, Instituto PAPAI, Salud Gênero, Worl Education. Aborda questões sobre homofobia e direitos sexuais. Brasil, 2005. 18 min.
- MINHA VIDA DE JOÃO. Produção 3 Laranjas Comunicações/ Instituto PROMUNDO. Direção de Reginaldo Bianco. Rio de Janeiro – Brasil: Reginaldo Bianco, 2001. 1 VHS (23 min).